

A obra teórica de Fernando Henrique Cardoso a partir do grupo de estudo d'O Capital: pesquisa, “totalidade” e marxismo adstringido

*Wanderson Fabio de Melo**

Resumo:

O presente trabalho estuda a produção de Fernando Henrique Cardoso em relação ao procedimento metodológico na investigação na área de Ciências Sociais. Situa-se a posição do sociólogo quanto ao funcionalismo, a sociologia compreensiva, o marxismo e o existencialismo. A hipótese defendida neste artigo é a de que Cardoso processou uma abordagem teórica entendendo a categoria da totalidade subordinada ao fator político e de poder.

Palavras-chave:

História; sociologia; teoria; totalidade; marxismo.

Fernando Henrique Cardoso's theoretical work of from the study group of The Capital: research, “totality” and Marxism astringed

Abstract:

This paper study the production of Fernando Henrique Cardoso in relation to the methodological approach in research in the area of Social Sciences. Demonstrate the position of the sociologist as to functionalism, comprehensive sociology, marxism and existentialism. The hypothesis presented in this article is that Cardoso make a theoretical approach to totality category subordinate to the political factor and of the power.

Key words:

Sociology; theory; totality; marxism.

* Doutor em História pela PUC-SP e professor do curso de serviço social na UFF/Puro (Universidade Federal Fluminense/Polo Universitário de Rio das Ostras).

Neste texto, pretende-se explicitar as posições de Cardoso sobre a afirmação da Sociologia como área de pesquisa em Ciências Humanas no Brasil, situar suas análises sociológicas, demonstrar as influências das formulações do grupo de estudo d'O *capital*, criado por jovens intelectuais, em seu universo teórico e a sua contribuição metodológica para as Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP).

Construiu-se um discurso na história da sociologia brasileira acerca de que Fernando Henrique Cardoso teria sido, por meio de suas pesquisas na área das Ciências Humanas, um sujeito fundamental na superação do funcionalismo no procedimento investigativo. Além disso, o autor de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* teria pautado a renovação do "marxismo", isto é, reinterpretado a teoria de Karl Marx evidenciando as debilidades teóricas dos autores ligados ao Partido Comunista calcadas em aplicação de modelos de repetição de etapas históricas tendo como referência o continente europeu. A partir dessa perspectiva, surge a indagação a ser trabalhada: O que representou a renovação metodológica "marxista" de Cardoso?

Para responder a essa questão deve-se considerar a evolução da área de sociologia da Universidade de São Paulo e o contexto dos anos 40, 50 e 60 do século XX; além disso, explicitar os procedimentos teórico-metodológicos no campo da investigação sociológica, bem como a interpretação hegemônica da obra de Marx que se desenvolveu naquela instituição.

As fontes que servem a este texto são os escritos e as entrevistas de Fernando Henrique Cardoso. O eixo norteador da abordagem presente neste artigo é a posição de Cardoso a respeito de seu próprio decurso intelectual no período da primeira metade dos anos 60. Assim, conforme ele avança em suas colocações, apresenta-se a análise de sua obra, em consequência, realiza-se o trabalho que visa explicitar o entendimento do sociólogo acerca da categoria de *totalidade*. Nessa direção, para se concretizar o intento deste artigo "será indispensável que demonstramos, também no terreno dos fatos e filosoficamente, sua incoerência interna, seu caráter contraditório" (Lukács, 1959, p. 6). Desse modo, desenvolve-se a análise que abarca, em concomitância, a gênese e a função social das posições de Cardoso, visto que suas elaborações estão determinadas sócio-historicamente e, além disso, torna possível desvendá-las através de sua própria lógica interna. Realiza-se, portanto, a análise que permite fazê-lo explicitar os seus pressupostos, trazendo, como argumenta Lukács, a evidência "que aparece explícita, sem necessidade de provas, para seus leitores" (1959, p. 5).

Cardoso na consolidação de uma área de pesquisa

Nas décadas de 40 e 50 do século passado, pode-se perceber a batalha para a estruturação de um campo de estudos nas Ciências Humanas. Fernando Henrique, ao lembrar a sua fase de estudante na Universidade de São Paulo, contou:

Qual era a preocupação da Faculdade de Filosofia naquela época? Era definir a Sociologia como ciência, pois era necessário distingui-la da Filosofia. Nós éramos os jogadores de uma briga cujo sentido não entendíamos muito bem. Fernando de Azevedo era entusiasta de [Émile] Durkheim e o Florestan [Fernandes], embora o admitisse, não se limitava a ele. Florestan propôs a famosa divisão, cada santo no seu altar: Durkheim, Weber e Marx, cada um sendo útil para um tipo de análise (2006, p. 69).

Pode-se notar o processo de consolidação da área de Sociologia na USP. Tal curso fora instigado pelo destacado intelectual Fernando de Azevedo, envolvido nas reformas educacionais desde a década de 1920. Foi o redator d'O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, como ficou conhecido o texto do abaixo-assinado "A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo", em 1932, e estava convicto da necessidade da laicização educacional. Azevedo esteve engajado na fundação da Universidade de São Paulo e tornou-se um dos principais autores a advogar os princípios do teórico social francês Émile Durkheim no Brasil, assim, esteve situado no campo político democrático e foi defensor de reformas sociais. Para o educador *escolanovista*, segundo Carlos Guilherme Mota, "A questão não era, evidentemente, mudar as relações sociais de produção, mas de qualificar e ilustrar o 'povo' até o ponto em que estivesse apto a participar do processo político-cultural" (1977, p. 79). Fernando de Azevedo se prendia à visão durkheimiana de formação das elites dirigentes, embora fosse sensível ao desenvolvimento da pesquisa científica. Expressara, portanto, uma visão ilustrada de mundo, definida pelo historiador, seguindo Roberto Schwarz, como sendo "anticapitalismo de elite" (Mota, 1977, p. 77).

Fernando de Azevedo prestou papel importante à Sociologia em sua fase inicial, uma vez que essa área de estudo representava apenas uma disciplina no currículo das Escolas Normais que formavam professores. Portanto, no projeto uspiano respaldado pelo grande articulador *escolanovista*, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras formaria uma "elite intelectual", em consequência, a sociologia ganhou maior reconhecimento no espaço universitário.

Florestan Fernandes, por seu turno, fora alçado à docência em Sociologia por Fernando de Azevedo e Antonio Candido¹. No entanto, Florestan possuía preocupações complementares e distintas das do fundador da USP, na medida em que se colocou na linha de frente para a transformação da Universidade em espaço privilegiado de pesquisa. Destarte, Cardoso se identificou com o trabalho de investigação relacionado à busca dos fundamentos da sociedade brasileira por meio da ênfase na discussão teórica e metodológica, nos moldes em que Florestan defendera, isto é, a construção do campo da Sociologia frente aos outros domínios das Ciências Humanas.

Ao avaliar os professores Azevedo e Florestan, o ex-aluno Fernando Henrique comentou:

Fernando de Azevedo dava aula ao estilo da Faculdade de Direito: bem organizadas, mas não tão cativantes, no sentido de "ciência" que era a nossa paixão. Florestan [Fernandes] dava aulas de bata branca e depois, quando nós todos fomos seus assistentes e, mais tarde, professores, também dávamos aula de avental branco, pois éramos "cientista" [riso]. Então, nossa formação nessa época era em "ciências sociais" (...). Quem dominava na Sociologia eram Florestan e [Roger] Bastide (2006, p. 69).

A partir do relato de Cardoso, pode-se registrar a diferenciação de projetos presente nos dois professores no tocante à Sociologia. Na perspectiva exposta acima, Azevedo foi associado ao *bacharelismo*, isto é, a produção acadêmica não suficientemente compromissada com a investigação empírica. Ao passo que, Florestan foi identificado como especialista engajado na investigação, uma vez que o professor pesquisador defendera a indumentária como representação social do fazer científico, sinal de relevância da sua especificidade e do espaço de trabalho; além disso, buscava a expressão e o prestígio às suas investigações. Florestan Fernandes, na primeira metade dos anos 50, chamava a Sociologia de "ciência empírica". Fernando Henrique enxergou o compromisso de Florestan e do professor francês Roger Bastide em promover o código científico ao trabalho de investigação sociológica por suas atividades em pesquisas, fundamentados teoricamente e respaldados nos dados examinados.

Naquele contexto, nas referências bibliográficas dos cursos e nos escritos de Florestan encontram-se os textos de Émile Durkheim, Karl Manheim, Max Weber, Karl Marx, Talcott Parsons e Robert Merton, de modo que se percebem as influências da sociologia francesa, do historicismo alemão, do marxismo e do funcionalismo norte-americano na obra do *scholar*. O professor na USP privilegiou o método e a construção disciplinar pautado no levantamento de dados e no rigor conceitual. Destarte, visava atribuir legitimidade acadêmica à disciplina de sociologia, daí a relação com a produção de Durkheim, posição dominante no contexto da institucionalização dessa área de estudos. Da sociologia alemã de Max Weber, Florestan Fernandes considerou as problemáticas da instauração da "ordem social competitiva", da "ação social" e das estratificações, além da reflexão do sociólogo da Alemanha de Guilherme II sobre o constructo dos "tipos ideais". Em relação a Karl Marx, o professor pesquisador frisava que fora o tradutor do livro *Crítica da economia política*, ainda nos anos 40, e que se tratava de uma obra importante para a compreensão da história enquanto construção humana. Por fim, a absorção das reflexões funcionalistas se processou na constituição de instrumentos de trabalho, a partir das técnicas de observação e coletas de dados. Desse modo, o "ecletismo dinâmico" expressado pelo *scholar* Florestan Fernandes visava a se contrapor às concepções naturalistas e fatorialistas de ciências sociais, além de garantir a respeitabilidade científica à Sociologia.

O trabalho de pesquisa de Fernando Henrique Cardoso na segunda metade dos anos 50 resultara na publicação conjunta com Octavio Ianni, que fora prefaciada por Florestan Fernandes, o orientador dos trabalhos, *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*, livro publicado em 1960. Tal investigação, proposta por Florestan e financiada pela Unesco, examinou a situação do negro na região Sul do país e serviu para desmistificar a veiculação de "democracia racial no Brasil". Posteriormente, Cardoso defendeu a sua tese doutoral, em 1961, intitulada *Formação e desintegração da sociedade de casta: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul*.

Os estudos sobre o negro no Brasil produzidos e orientados por Florestan Fernandes demarcaram posições importantes na crítica à ideia de "democracia racial" no país. Tais estudos, segundo Carlos Guilherme Mota, foram determinantes para a radicalização do *scholar*, pois quando se passou a realizar essas pesquisas desacentuou-se a orientação funcionalista, visto que expressou a preocupação "com as relações de raça e classe" (Mota, 1977, p. 182). Ademais, o professor caminhou no desvendamento do capitalismo brasileiro.

O padrão de pesquisa desenvolvido na USP enfrentava o formato de investigação proposto pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) conduzido pelos intelectuais Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, preocupados com a formulação da política de desenvolvimento do Estado nacional, além da forma ensaística de investigação.

O Iseb fora criado enquanto órgão subordinado ao ministério da Educação, sediado no Rio de Janeiro. Tal instituto emplacou no período de Juscelino Kubitschek, debruçado sobre o projeto para o país embasado na posição nacionalista.

Ao relembrar a atitude dos pesquisadores da USP em relação ao instituto de pesquisa sediado no Rio de Janeiro, Fernando Henrique Cardoso ressaltou: "Nós tínhamos uma visão sobre Guerreiro Ramos e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros muito depreciativa, porque em nossa cabeça nós éramos os cientistas [risos]" (2006, p. 77), uma vez que na avaliação dos intelectuais *uspianos*, "Eles [isebianos] faziam política", pois estavam "vinculados ao governo e isso era inaceitável" (2006, p. 77) para os sociólogos de São Paulo.

Pode-se notar o ranço da Sociologia produzida na USP sobre a preparação de quadros para o Estado e a recusa de envolvimento em projetos subordinados aos poderes executivos, tal cultura foi estabelecida desde a ênfase na priorização intelectual na fase inicial da Universidade. Nesse sentido, a produção científica estava entendida separada da assessoria às políticas nacionalistas.

Cardoso no seminário de Marx: a "superação" do funcionalismo?

Quanto à continuidade de sua formação intelectual após a fase vinculada a Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso situou a importância do grupo de estudo formado por jovens professores da USP para o exame da obra *O capital* de Karl Marx.

O seminário [sobre a obra de Marx] foi quase uma pós-graduação. Qual era seu sentido? Primeiro quem dava o tom acadêmico e de rigor era o [filósofo José Arthur] Giannotti. Cada um lia numa língua diferente, ao mesmo tempo, para cotejar, mas não era por espírito de religião política, era por religião acadêmica, rigor acadêmico. Eram discussões infundáveis, cada um com sua especialidade: um era historiador, outro antropólogo, outro economista, outro sociólogo, outros tinham vivência política, outros tinham vocação literária ou filosófica. Era como se fosse um *college* inglês: havia a convivência intelectual e depois o jantar. A convivência nos tornou muito próximos e teve uma influência direta na elaboração das nossas teses de doutoramento, em todos nós, inclusive na do Giannotti (2006, p. 76).

É importante retomar o contexto do *Seminário de Marx* organizado pelos intelectuais de São Paulo. Como se sabe, a história da esquerda no final da década de 1950 esteve marcada pelo reconhecimento, por parte da União Soviética, dos crimes de Stalin, o que impactou decisivamente as bases dos Partidos Comunistas no mundo todo.

Desde a vitória dos aliados na II Guerra Mundial, conflito em que a URSS e o Exército Vermelho tiveram atuação determinante para a derrota do nazi-fascismo, somados aos sucessos das forças de libertação situadas à esquerda do espectro político, houve uma onda de engajamento nos PCs, além de ações conjuntas entre militantes e membros das camadas intelectualizadas situadas no campo progressista. Contudo, não se pode esquecer que o imediato pós-guerra foi marcado por profundas derrotas do movimento socialista. Os movimentos de resistência ao nazi-fascismo na Itália e França, dirigidos por seus respectivos Partidos Comunistas, depuseram as armas em favor dos governos democrático-burgueses, impondo a derrota aos *partisans*². À "libertação" se seguiu o controle anti-revolucionário com o apoio da social-democracia e do stalinismo, impôs-se o que Ted Grant chamou de "contrarrevolução sob forma democrática" (1946). Ao passo que, nos meios intelectuais progressistas notava-se certa consideração sobre o "marxismo" dos Partidos Comunistas. Entretanto, ulterior ao discurso de Nikita Krushev ao 20º Congresso do Partido Comunista da URSS, no qual se reconheceu os crimes de Stálin, em 1956, e à invasão soviética que resultou no aplastamento da Revolução Húngara, em novembro do mesmo ano, averiguou-se a debandada dos intelectuais dos PCs e das frentes de ações conjuntas.

Desse modo, na medida em que as lutas sociais entravam em ascensão verificou-se a participação das camadas intelectuais nos movimentos por transformações sociais, o que em vários momentos se desdobrou na ligação de membros da *intelligentsia* aos Partidos Comunistas. Contudo, quando do refluxo dos embates ou nos momentos de "decepções políticas" com as contrarrevoluções, denúncias do stalinismo ou derrota do proletariado nas lutas de classes, percebeu-se o afastamento "dos homens de ciência" em relação à perspectiva do trabalho.

Nesse sentido, no ano de 1958, em São Paulo a jovem *intelligentsia* *uspiana*, expressando a "insatisfação com a vulgata comunista" (Schwarz, 1998, p. 103), tratou de buscar outros caminhos e debruçou-se na leitura dos textos do próprio Karl Marx, a começar pela obra magna, isto é, *O capital: crítica da economia política*.

1 Sobre o ingresso de Florestan Fernandes no quadro de professores da USP e o papel desempenhado por Azevedo e Candido, cf. Pontes (1998, pp. 143-9).

2 Para um balanço da contenção da onda revolucionária no imediato pós-II Guerra em diferentes países da Europa, ou no caso da Grécia "revolução estrangulada" cf. Pierre Broué (1995) e Fernando Claudín (1986).

A liderança intelectual do grupo ficou a cargo do filósofo José Arthur Giannotti, autor, segundo Antonio Rago Filho, “altamente influenciado pela fenomenologia e o estruturalismo francês”, e que foi “o artífice principal de um esforço analítico que visara a superar o pensamento de esquerda de baixo padrão desenvolvido por ideólogos hospedados no PCB, o mais influente partido de esquerda na década de 60, no Brasil” (2005a, p. 480).

O grupo de estudo d'O *capital* imprimiu uma nova forma de “marxismo” no Brasil ao balizar inúmeras investigações acadêmicas, pois segundo anunciou Giannotti no texto que demarcou a existência do núcleo:

Se levarmos em conta o extraordinário florescimento atual das ciências do homem, dificilmente cada pessoa seria capaz de dominar de uma forma crítica todos os terrenos explorados por Marx. Tendo isto em vista é que nos reunimos num grupo heterogêneo, que nos permitisse caminhar com certa segurança no interior dessas ciências, mas que nos custou horas a fio de irritantes discussões a fim de chegarmos a um vocabulário comum. Entretanto agora, depois de mais de um ano de seminário quinzenais, todos sentimos que estamos adotando uma nova maneira de compreender Marx e os problemas de nossa sociedade estudados por esse autor, o que sem dúvida deverá produzir seus frutos (1960, p. 61).

Propugnou-se uma “filosofia da práxis” desvinculada do movimento pela emancipação humana e da intervenção prática para a transformação da realidade, visto que “embora marxistas, não tínhamos prática de militância política” (Cardoso, 1988, p. 31). O pesquisador Luiz Fernando da Silva compreende a obra dessa união uspiana como sendo “marxismo acadêmico”, porque ocupavam espaços nas instâncias da universidade, mas não na luta de classes propriamente. Ao passo que, “esse marxismo, no Brasil, surge e se consolida no próprio momento de afirmação da universidade, a partir dos anos 50, ao contrário de muitas universidades européias e americanas que há muito já tinham se consolidado” (Silva, 2003, p. 32-33).

Ao remontar a preocupação dos jovens assistentes uspianos, Giannotti salienta

a vocação científica do grupo, pois todos nós, sociólogos, economistas, historiadores e até mesmo filósofos, todos líamos Marx com o objetivo explícito de entender o estágio em que se encontravam as relações sociais de produção capitalistas, para situar nelas as dificuldades do desenvolvimento econômico e social brasileiro, com o intuito muito preciso de poder avaliar as políticas em curso (1998, p. 116).

Tratava-se, portanto, de ter uma interpretação da realidade, pois estavam insatisfeitos com as explicações em voga. Considerado o líder intelectual do grupo, Giannotti instaurou a sistemática de trabalho por meio da “análise estrutural do texto” (Cardoso, 2006, p. 75), prática que, de acordo com Singer, era caracterizada por “ler como os filósofos lêem, dando atenção até às vírgulas, à construção gramatical, ao uso de certas palavras” (1999, p. 63).

Sobre o significado desse grupo de estudos para as ciências sociais, segundo Paulo Arantes

O que se passou de fato? Associado a um novo ciclo explicativo do Brasil, impulsionado pela paradoxal renovação universitária do marxismo – não um repertório de tópicos filosóficos consagrados, nem mesmo à mobilização criteriosa de novas variedades do marxismo filosófico, mas um experimento intelectual irrecusavelmente materialista, como convém denominar o que ocorreu naquela ocasião, no que concerne às relações entre marxismo e filosofia: uma verdadeira socialização da força de pesquisa e reflexão acumulada coletivamente pelos professores de filosofia ao longo dos anos de formação do respectivo Departamento uspiano (Arantes, 1994, p. 243).

Na versão de Cardoso, “O núcleo duro era composto pelo [José Arthur] Giannotti, Fernando Novaes, Ruth [Cardoso], [Octavio] Ianni, Paul Singer e eu [Fernando Henrique]” (2006, p. 76). Todos eles, à exceção de Paul Singer, até então não haviam desenvolvido militância partidária na esquerda, confirmando, assim, o argumento de Luiz Fernando da Silva, que os associa a um “marxismo acadêmico”, tendo em vista a composição social do grupo.

Ao comentar o debate no seio do seminário, Fernando Henrique identificou as seguintes posições:

No fundo havia o que se chamava então de pessoal favorável à “antropologia fundante”, que era o Bento [Prado Júnior], e os que tinham a visão “estruturalista”, o Giannotti. Eu e o Fernando Novais não éramos nem uma coisa nem outra. /.../ Ele [Giannotti] lia fenomenologicamente *O Capital*. Depois mudou para uma coisa mais estruturalista. Ele foi sempre muito lógico, ele sempre se interessou, no fundo, pela lógica. Ele queria mostrar que o trabalho fundamenta a lógica. Já o Singer tinha uma visão mais de economista, um pouco mais “vulgar”. Ele conhecia mais, vamos dizer, a mecânica. Ele sempre olhou com desconfiança esse negócio de “antropologia fundante”. O Juarez Lopes se somou a nós dois (Cardoso, 1992, p. 6).

Pode-se observar que Cardoso interpreta o seminário valorizando o trabalho empreendido, na medida em que se refere ao debate a partir de distintas interpretações e realçando que o grupo não era monolítico do ponto

de vista das formas de inserção e de participação nas discussões internas³. Nos embates teóricos entre J. Giannotti e Bento Prado Jr., constatou-se a preponderância do primeiro. Contudo, deve-se ponderar que o bloco impôs uma leitura da obra de Marx nas Ciências Sociais, bem como na utilização do trabalho do revolucionário no universo da pesquisa.

De acordo com Fernando Henrique Cardoso, as reflexões do seminário repercutiram enormemente no âmbito científico, haja vista que considera que “A introdução de Marx como tema de reflexão foi feita pela minha geração nos anos 60 e se deve a algo que ocorreu fora do âmbito acadêmico: um seminário sobre Marx organizado por José Arthur Giannotti, por mim e por um grupo de amigos” (1985, p. 8).

Assim, na posição do sociólogo, os estudantes passaram a ler Marx na Universidade de São Paulo seguindo as reflexões do grupo de estudo encabeçado por Giannotti. Desse modo, surge a indagação sobre como teria sido interpretada a obra do autor d'O *capital*.

Embora Giannotti tenha se destacado na resposta *contra Althusser* (1966), texto em que apontou críticas ao pensamento de Louis Althusser ao enfatizar as “características positivistas”, o seu grupo de estudos referendou um “marxismo” reprodutor do ensinamento do filósofo francês no que tange à interpretação do “corte epistemológico” no pensamento de Karl Marx, “apresentado em dois momentos disjuntivos, a obra de juventude que se oporia com a da maturidade” (Rago Filho, 2005a, p. 480)⁴. Mesmo que tenha recuperado a relação Ludwig Feuerbach e K. Marx, que havia sido negligenciada pela vulgarização dos “marxismos” da Segunda Internacional e do stalinismo, a interpretação do filósofo uspiano culminou no erro de compreender a obra do “jovem Marx” enquanto continuidade dos preceitos de Feuerbach, desconsiderando a crítica ontológica à filosofia especulativa que o autor d'*A ideologia alemã* empreendeu⁵.

A partir da produção influenciada intelectualmente pelo grupo d'O *capital*, notou-se o afastamento de Cardoso em relação ao mestre da “ciência empírica”. Na versão de Fernando Henrique, tal fato se processou porque “Florestan não gostava do seminário de Marx” (Cardoso, 2006, p. 77). Outrossim, é lícito notar que os pesquisadores do grupo de estudo, de certo modo, por suas atitudes, questionaram a “hegemonia intelectual” do mestre da sociologia uspiana, sobretudo na medida em que passaram a ocupar espaços na academia e a fazer circular suas próprias conclusões. No entanto, eles reverenciaram o procedimento de pesquisa instaurado por Florestan quanto à escrita pautada em metodologia, problematização, análise de dados e rigor científico.

Cardoso apresenta a ruptura com o mestre enquanto “um conflito de geração, afirmação de geração. O seminário significava nossa emancipação intelectual” (2006, p. 77). Desse modo, emerge outra questão: Qual seria o ato fundante dessa nova geração intelectual da USP? Na resposta de Fernando Henrique Cardoso seria a recusa do funcionalismo⁶. Destarte, a novidade instaurada pelos pesquisadores de sua geração nas Ciências Humanas teria sido a superação do funcionalismo e o aprofundamento do rigor metodológico.

A afamada apresentação ao livro *Escravidão no Brasil meridional* foi tomada enquanto manifesto dessa nova epistemologia acadêmica não restrita aos estudos sociológicos, de maneira que, segundo o filósofo Paulo Arantes:

3 Quanto às polêmicas no seminário, segundo Arantes, “Giannotti era fenomenológico de vocação, confirmada em recente viagem à Europa, porém epistemólogo preparado pelo ensaio de [Gilles-Gaston] Granger, que por sua vez era inimigo de morte dos adeptos da *Erlebnis*; enquanto seu colega mais velho procurava trazer o marxismo para uma ontologia (regional) do ser social, Bento Prado Jr. pensava fundá-lo através de uma antropologia existencial, como vinha exposta na recém-publicada *Critique de la Raison Dialectique* [obra de Jean-Paul Sartre], por certo muito mais interessado em dar razão a Sartre do que em reanimar os estudos brasileiros de Marx” (2007, p. 132).

4 Para uma apreciação crítica da obra de Giannotti, cf. os estudos de Antonio Rago Filho (2005a) e (2005b). Apoiado em Lukács, Mészáros foi quem se contrapôs à falsa oposição entre o “jovem Marx” e o “velho Marx”, uma vez que afirmou ser a “transcendência da autoalienação do trabalho” o núcleo estruturante do sistema marxiano (Mészáros, 2006, pp. 17-28; 197-231).

5 Acerca da relação de aproximação e ruptura da obra de Karl Marx com a de Ludwig Feuerbach, cf. Goldmann (1970, p. 151-196), Mészáros, (2006, p. 208-221), Frederico (1995), Sartório (2001), Löwy (2002), Netto (2004), Frederico & Sampaio (2006) e Chasin (2009).

6 Indagado pelos pesquisadores que realizaram o livro *Conversas com sociólogos brasileiros*, Cardoso respondeu: “Florestan não quis aceitar a versão quase final de minha tese [*Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*]. (...) Bem, quando o Florestan leu a tese, o prefácio, que era pedante e fazia muita crítica ao funcionalismo, disse-me que não aceitava o texto. Eu pensei: ‘Então vou defender a tese com o Lourival Gomes Machado’, catedrático de política, com quem eu me dava bem e que Florestan não considerava academicamente sólido. Eu lhe disse que ia falar com o Lourival e foi ‘um pega pra capar’. Eu estava com sarampo. O Florestan não respeitava essas coisas, com sarampo ou sem sarampo, ele disse que aquilo seria inaceitável. (...) Florestan tinha uma implicância com o tal seminário. Uma vez, ele nos disse: ‘Vocês estão voltando ao ensaísmo, com Lukács, Sartre. Isso é um retrocesso’, que ele não aceitava, pois constituiria um perigo para o desenvolvimento da sociologia como ciência empírica. Assim, a versão do prefácio (ou introdução, não me lembro) que está publicada no livro, não foi a versão original. Eu amenizei as críticas ao funcionalismo que Florestan considerou inaceitáveis. Achou que eram críticas a ele” (2006, p. 77).

Pode-se dizer que coube a Fernando Henrique Cardoso dar seqüência às notas teóricas de Giannotti. Refiro-me à digressão metodológica que precede *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, possivelmente o primeiro capítulo do marxismo ocidental uspiano. Sem muito exagero, ela não seria o que é – documento de estréia, no caso, do método dialético na interpretação sociológica – sem a contribuição da leitura de *O Capital* promovida por Giannotti (2007, pp. 178-9).

Pode-se notar que a “digressão metodológica” escrita por Cardoso se projetou nos meios intelectuais pautando o debate nas ciências humanas e construindo um novo capítulo na investigação científica, nesse sentido, lançaram-se esforços para uma nova hegemonia cultural no procedimento de pesquisa.

Em suma, Cardoso, por meio de sua tese, se contrapôs aos legados intelectuais do PCB, do ISEB e de Florestan Fernandes. Acerca do Partido Comunista, o intelectual da Universidade de São Paulo colocou em xeque a visão etapista celebrada por autores ligados àquela agremiação política⁷. Ao instituto carioca, o pesquisador uspiano enfatizou a necessidade da investigação embasada em dados empíricos com uma metodologia de investigação, superando o formato ensaísta. No que tange à diferenciação com o mestre, o jovem professor mencionou o embate com a teoria funcionalista.

As principais obras exaltadas como referências a partir do Seminário foram: a pesquisa pós-doutoral de Cardoso, sobretudo o comentário ao procedimento metodológico contido na apresentação; do professor José Arthur Giannotti, que representava o “ângulo filosófico” referendado no artigo “Notas para uma análise metodológica de *O capital*” (1960), também sendo destacada a sua tese *Origens da dialética do trabalho* (1966); e por fim, o doutorado do historiador Fernando Novais: *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, reconhecido como “a obra-prima do grupo” (Schwarz, 1998, p. 107).

Referente ao encaminhamento do procedimento analítico, Cardoso informou: “Após termos lido Marx, permanecia em nosso espírito a tensão entre ele e Max Weber e só fomos resolver esse problema com a leitura de Sartre, onde encontramos a pista para o que procurávamos, começando pela leitura de seu livro *Questão do método*” (1985, p. 5). Torna-se importante observar que o sociólogo considera a sua metodologia a partir da conciliação dos três autores citados. Embora recuse a ideia de uma “antropologia fundante”, Cardoso recupera de Jean-Paul Sartre a tentativa de “superar o idealismo e o materialismo” suprimindo a objetividade histórica, além disso, opõe formalmente a ação prática à contemplação.

Georg Lukács, ao analisar o contexto do sucesso da obra de Sartre, ressaltou:

depois da queda do fascismo, a edificação e consolidação da democracia encontram-se no centro da preocupação da opinião popular de todos os países. Todas as discussões sérias tendem a determinar a natureza da democracia nova desse regime de liberdade que será edificado sobre as ruínas deixadas pela barbárie fascista e que terá por missão impedir para sempre o retorno do fascismo e da guerra (1967, p. 90).

Contudo, deve-se levar em conta o controle do processo revolucionário no imediato pós-II Guerra, que trocou o socialismo pela democracia, que impôs uma derrota à revolução. Neste sentido, “O existencialismo francês tem a ambição de tornar-se a filosofia dos intelectuais de esquerda, socialista, amigos do progresso e da democracia” (Lukács, 1967, p. 109). Pode-se notar certa aproximação entre a base em que se recrutaram numerosos adeptos da filosofia sartreana e a *intelligentsia* do Seminário de Marx na USP, isto é, a intelectualidade democrática em busca da liberdade num ambiente em que se contenta em conhecer o mundo e não transformá-lo.

Istvan Mészáros ao analisar a obra de Sartre do período de 1957-63 conceituou-a como a “busca da dialética da história”, além disso, trouxe o problema daquela conjuntura e lançou as questões:

A decepção de suas expectativas políticas, apaixonadamente proclamada em seu livro ensaio “*Le fantôme de Staline*”, propõe as perguntas “porque aconteceu tudo isso?” e “quais as esperanças para o futuro?”, o que requer uma pesquisa sobre as estruturas e determinações da história vis-à-vis as possibilidades da práxis individual (1991, p. 96-97).

O filósofo da *Escola de Budapeste* observou:

Naturalmente, os contatos de Sartre com a política não são interrompidos, mas assumem forma muito diferente. É a época da guerra argelina, e ele se envolve inteiramente, como indivíduo, na luta contra o perigo fascista, contra a tortura, a OEA, e tudo o mais. Analogamente, a vitória da revolução cubana é festejada por ele com grande entusiasmo e continua a defendê-la contra toda espécie de ataque. Porém, é antes um solitário defen-

7 Haja vista que “Os intelectuais de orientação mais comunista ainda ficavam nas teses do feudalismo, latifundiário, traços dos feudalismos, resquícios do feudalismo, como pano de fundo da história brasileira. Para nós era muito difícil aceitar essas posições. O quadro conceitual do qual nós provínhamos, no seminário de Marx, levava-nos a criticar a visão simplista da transposição das etapas do capitalismo para entender o desenvolvimento do capitalismo mercantil que se desenvolvia nas Américas, baseado na escravidão” (Cardoso, 2006, p. 78).

dendo causas valiosas do que um membro ou associado de algum movimento político (Mészáros 1991, p. 97).

Nota-se que o início do Seminário de Marx e a obra sartriana de busca da dialética da história pertencem ao mesmo contexto histórico-social, mas em continentes diferentes. No entanto, pode-se observar o “apoio intensivo” de Sartre à revolução cubana, ao passo que a jovem intelectualidade da USP não se posicionou com a mesma intensidade, porque esse papel foi exercido por Florestan Fernandes, no momento em que os jovens assistentes buscavam uma identidade intelectual própria, diferenciando-se do institucionalizador da pesquisa científica em Sociologia. O processo revolucionário cubano foi um dos condicionantes na radicalização da obra do professor Florestan.

Para os jovens cientistas uspianos o etapismo dos teóricos stalinistas, o nacionalismo brasileiro e o “funcionalismo” nas ciências sociais, foram recusados não pela análise ontológica do ser social, pautada nos estudos da gênese e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro atento às particularidades e singularidades. Não obstante, a superação do mecanicismo teria sido realizada por via do existencialismo de Sartre⁸.

Estudioso da obra do filósofo francês, István Mészáros pontuou que: “É significativo, contudo, que Sartre traduza ‘descrição’ por *descrição fenomenológica*” (1991, p. 146). Pode-se depreender que os intelectuais uspianos do grupo d'O *capital* superaram o “mecanicismo marxista” por meio do emprego da descrição sartreana.

Contudo, deve-se frisar que, de acordo com a visão marxiana, para compreender a história é necessário remontar às realizações da ação humana, bem como da produção e da reprodução material da vida. A partir do ser social se descobre os seus movimentos históricos objetivos, mas sem negação da subjetividade na história, apenas explícita o lugar exato que lhe cabe na totalidade concreta. Assim, o que se rejeita enfaticamente é o antropologismo do ser social proposto pela *descrição fenomenológica*, ao passo que se reafirma o estudo do ser social por ele mesmo, a busca na própria realidade, nas categorias constitutivas de uma ontologia do ser social.

Fernando Henrique Cardoso, numa entrevista nos anos 80, questionou o seminário por sua posição despreocupada com a relação entre Estado e sociedade civil, de modo que: “Nós [participantes do Seminário de Marx] éramos, digamos assim, uma esquerda acadêmica. /.../ Não vimos, por exemplo, as transformações sofridas pelo Estado. Tínhamos uma visão mais clássica e, nesse sentido, ao mesmo tempo mais rigorosa e mais pobre [em relação ao Iseb], porque não percebíamos as mudanças emergentes” (1985, p. 10). Pode-se inferir que Cardoso promulga, como observou José Chasin, o “politicismo com alianças” (2000b, p. 36), bem como expressa o procedimento metodológico da “politicização da totalidade”, isto é, “politicizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional” (2000a, p. 123), a correlação de forças constitutiva de alianças e as relações de poder como preponderantes na determinação das instâncias constitutivas do social. Para Cardoso, o limite do seminário estava na desconsideração de transformar o Estado por meio das intervenções nos espaços da sociedade civil, distanciando-se dos preceitos da emancipação humana e da revolução social contra o capital.

O filósofo J. Giannotti também compartilha dessa concepção politicista institucional, uma vez que, afirmou:

Em 1958, por exemplo, basicamente em torno da Faculdade de Filosofia da USP, formamos um grupo de leitura sistemática da obra de Marx – o grupo do Seminário queríamos não apenas entender Marx por si mesmo, mas sobretudo entender o capitalismo moderno. /.../ Avaliamos, porém, erroneamente diversas coisas. Percebíamos, por exemplo, o enorme apelo ideológico do ISEB, mas não achávamos válido entrar em polêmica com ele, considerando os isebianos adversários extremamente frágeis do ponto de vista teórico, frágeis diante do tipo de rigor que era nossa pauta na USP, cuja ênfase caía na tecnologia do saber. Hoje [maio de 1984] somos obrigados a reconhecer que, enquanto alimentávamos visão mais escolar do marxismo, eles estavam colocando já naquele momento o problema básico: o problema da relação da sociedade civil com o estado (1984, pp. 40-1).

8 Na interpretação do autor de *Questão de método*, “o marxismo estacionou: precisamente porque esta filosofia quer transformar o mundo, porque visa ‘ao tornar-se-mundo da filosofia’, porque é e quer ser prática, operou-se nela verdadeira cisão que jogou a teoria de um lado e a práxis do outro” (Sartre, 1987: 120). Mais adiante, Jean-Paul Sartre complementa sobre as implicações do “marxismo” no campo investigativo: o voluntarismo marxista que se compraz em falar de análise reduziu esta operação a simples cerimônia. Não mais se trata de estudar os fatos dentro da perspectiva geral do marxismo, para enriquecer o conhecimento e para iluminar a ação: a análise consiste unicamente em se desembaraçar do pormenor, em forçar a significação de certos acontecimentos, em desnudar fatos ou mesmo em inventá-los para reencontrar, por baixo deles, como sua substância, ‘noções sintéticas’ imutáveis e fetichizada. Os conceitos abertos do marxismo se fecharam; não mais são chaves, esquemas interpretativos: eles se põem para si mesmo como saber totalizado” (1987, p. 123). Entretanto, Georg Lukács respondeu a tentativa de Sartre de “superção” do legado de Karl Marx: “É evidente que quando o marxismo se apresenta sob seu verdadeiro aspecto e não sob o da caricatura concebida por Sartre, percebe-se imediatamente sua incompatibilidade fundamental com o existencialismo. Com efeito, enquanto este último limita-se ao menos sob sua forma primeira – a esboçar a análise psicológica e fenomenológica de resoluções e de ações individuais isoladas, acrescentando às vezes comentários de ordem moral, ou os exagerando para fazer deles uma ontologia, a análise marxista da história começa precisamente no ponto em que o existencialismo abandona a partida” (1967, pp. 126-127).

Ao tratar dos trabalhos do filósofo do grupo d'O *capital*, Antonio Rago Filho observa que: “Desde *Origens da dialética do trabalho*, Giannotti imputará a Marx o ‘vínculo lógico’ com o idealismo hegeliano” (2005a, p. 494). Com efeito, “Giannotti opera com uma ontologia restrita à esfera do trabalho, e não uma ontologia estatutária do ser social em sua processualidade histórica” (2005a, p. 505).

Desse modo, o Seminário de Marx propugnou e vulgarizou uma forma comprometedora de interpretar a obra do pensador alemão, visto que, segundo J. Chasin

em Marx não há uma ontologia do trabalho, ou seja, uma composição ontológica urdida, supostamente, a partir de um igualmente hipotético paradigma do trabalho, nem muito menos qualquer ontologia do trabalho restrita a sua positividade. Há, sim, o estatuto e os lineamentos de uma ontologia da sociabilidade ou do ser social, isto é, do ser autoconstituente, na qual o trabalho é uma categoria central ou fundante (Chasin, 2000b, p. 8).

Nesse sentido, por influência do pensamento fenomenológico, no “marxismo” do Seminário uspiano d'O *capital* não se processou o estudo do ser social por ele mesmo, o *Ente* enquanto *Ente*, pois “Giannotti não opera com elementos da realidade, mas esta é mera descrição empírica, os sentidos que os indivíduos dão às coisas numa situação conjuntural, dados isolados sem as mediações e nexos constitutivos do processo da vida real” (Rago Filho, 2005a, p. 487).

Destarte, ao impor uma leitura de Marx a partir da “ontologia do trabalho”, negou-se, como pontuou José Chasin, o sentido da “ontologia estatutária do ser social” presente na análise do autor de *Miséria da filosofia*. O grupo d'O *capital*, para J. Chasin, celebrou um “marxismo adstringido”, isto é, instaurou na academia a interpretação da obra do pensador alemão desconsiderando o seu conteúdo revolucionário de emancipação humana e da revolução como possibilidade real posta pela lógica onímota do trabalho.

No campo da investigação científica, Fernando Henrique Cardoso reivindicou a categoria de totalidade, na medida em que considerou

a operação intelectual pela qual se obtém a “totalidade concreta” implica que o movimento da razão e o movimento da realidade sejam vistos através de relações recíprocas, e determinados em sua conexão total. Por isso, a interpretação totalizadora na dialética faz-se através da elaboração de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos dos fatores histórico-sociais efetivos de sua produção (2003, p. 32).

Procedendo dessa maneira, segundo Ivan Cotrim, Cardoso “tanto para a relação entre economia e política, quanto para a relação entre razão e realidade, procede com o mesmo padrão teórico-ideológico, qual seja, o de tomá-los como entificações em si que preenchem a totalidade social. Sua efetivação, contudo, coloca-se ora pela vontade política, ora pelo movimento da razão” (Cotrim, 2003, p. 77).

No conceito de “totalidade concreta” adotado por Cardoso, ora o político, ora o econômico sobressai na explicação do social, de modo que sua reflexão não diverge das pluricausalidades de Max Weber nos estudos dos fenômenos históricos. Em sua tese pós-doutoral, o sociólogo quando trata das relações econômicas de produção, segue o que entende por “posição marxista”, ao passo que ao abordar o sistema de dominação, a política, assume a posição weberiana, com as suas noções de “patrimonialismo”, “estamento” e “ordem social competitiva”, que são construtos mentais, “tipos ideais”, aplicados a fim da compreensão de determinada dinâmica. Portanto, a totalidade, na operação de Cardoso, é concebida enquanto somatório de instâncias que formam o social. Assim, revela-se a distância do procedimento marxiano: “As relações de produção de qualquer sociedade constitui um todo” (Marx, 1982, p. 107), em conseqüência, o dever de se buscar “uma compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto” (Marx & Engels, 2001, p. 75), ou seja, a exigência da totalidade se impõe a partir das investigações históricas concretas das formações sociais.

Quando explica a influência da sociologia weberiana em seu procedimento analítico, Cardoso confessa que seu método de pesquisa “Nunca deixou Weber, porque eu o li antes de Marx. Li Weber na universidade. Marx, li depois. (...) Não tinha nada a ver com o comunismo. Nosso Marx não foi o Marx do Partido Comunista. Pelo contrário. O Partido Comunista não tinha lá muita paixão por essas coisas. O nosso era mais o Marx de *O capital*” (1999, p. 53). Desse modo, justifica a sua “leitura incoerente” na coligação teórica Marx e Weber a partir dos estudos desenvolvidos pelo grupo uspiano.

De acordo com Ivan Cotrim,

Fica patente o distanciamento de Cardoso do procedimento marxiano. Sua abordagem teórica está definida em termos de um instrumento pré-concebido que busca determinar os resultados do processo do conhecimento. É nesta linha de ação teórica que Cardoso se apóia para destacar o plano político da base econômica e remontar a história segundo a dinâmica interessada do primeiro acentuando sua ruptura concepcional entre política e economia.

Por conseguinte,

Tal ruptura expressa o uso impróprio da noção de totalidade social que aparece em Marx e outros. Expressa

o caráter politicista que emprega ao posicionar o político como determinação daquela totalidade; e por último expressa uma semelhança com os procedimentos que Lênin tratou por “marxismo legal”, pelo esmagamento teórico e prático operado sobre a produção marxiana (2003, p. 79).

Destarte, pode-se perceber como se processou o “marxismo adstringido” na forma de análise surgida na USP, ou seja, a construção de conceitos a partir de operação mental, a exacerbação do fator político como determinante da totalidade social e a expressão de um marxismo separado da revolução social na lógica onímota do trabalho e da emancipação humana.

Uma posição nas ciências humanas: o “marxismo adstringido”

Diante de todo o exposto, volta-se à questão: a superação do funcionalismo nas pesquisas em Ciências Humanas na Universidade de São Paulo teria, de fato, advindo do Seminário de Marx, como afirma Cardoso?

É inegável a presença do funcionalismo em Florestan Fernandes no livro *Padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros*, publicado em 1958. O decurso intelectual de Florestan assumiu paulatinamente o seu viés marxista, ao passo que somou à construção da ciência social rigorosa os estudos dos problemas do país e a sociedade de classe. Destarte, o marco intelectual foi a obra *A sociologia numa era de revolução social*, que veio a público como livro em 1962, a partir da coletânea de textos escritos entre 1959 e 1962, desabrochando, assim, o momento de ruptura. É importante lembrar que este foi também o contexto de radicalização da Revolução Cubana, que impulsionara decisivamente parte da intelectualidade latino-americana em direção à perspectiva social crítica.

Portanto, pode-se perceber que na medida em que Florestan se engajou no estudo sobre as relações entre as classes sociais, concomitantemente ocorreria a decaída do funcionalismo em sua obra. É importante destacar a sensibilidade de Florestan e Cardoso na percepção dos temas candentes ao Brasil do pós-II Guerra, mas divulgar que o ex-aluno superou o mestre a partir do grupo d'O *capital* é desconsiderar a evolução ativa do professor de sociologia crítica a partir dos resultados das pesquisas nos anos da década de 1960.

As atividades desenvolvidas no que se convencionou chamar de Seminário de Marx, protagonizado pelos jovens professores assistentes na USP e alguns de seus alunos, foram de grande importância para a práxis de Fernando Henrique Cardoso, visto que introduziram nas ciências sociais o “marxismo adstringido”, ou seja, retirou-se o conteúdo crítico revolucionário da obra do pensador alemão, transformando-o em um mero instrumento de análise de conjuntura na longa duração. Por meio da *questão de método* de Jean-Paul Sartre de compreensão da existência desconectado da ontologia do ser social e da transformação, o arcabouço teórico de Cardoso subordinando o legado de Karl Marx a Max Weber, devido ao entendimento de pluricausalidade, “ação social” e “ordem competitiva”. Instaurou-se o “pensamento dialético” que se aplica à realidade, ao invés de extrair a reflexão por seus elementos constitutivos, o estudo do ser pelo próprio ser.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Paulo Eduardo. “Origens do marxismo filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti nos anos 60”. In: MORAES, J. Q. de. *História do marxismo no Brasil*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007, pp: 127-186.
- _____. *Um departamento francês no ultramar*. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BROUÉ, Pierre. “O fim da segunda guerra e a contenção da revolução”. In: COGGIOLLA, O. *Segunda guerra mundial*. Um balanço histórico. São Paulo: Xamã/Universidade de São Paulo, 1995, pp: 385-407.
- CARDOSO, Fernando Henrique (Entrevista). In: BASTOS, Elide Rugai; ABRÚCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO; José Marcio. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Ed. 34. 2006, pp: 67-94.
- _____. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5ª ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. (Entrevista). In: COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar*. Brasil: 1964-1965. RJ: Record,

- 1999, pp: 44-75.
- _____. "Memórias da Maria Antonia". In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988, pp: 27-34.
- _____. (Entrevista). *Folha de S. Paulo*, 17/05/1992.
- _____. *Entrevista a Lourenço Dantas Mota*. Brasília – DF: Senado Federal, 1985.
- _____; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960.
- CHASIN, J. "¿Hasta cuando? A propósito das eleições de novembro". In: *A miséria brasileira*. Santo André – SP: Ad Hominem, 2000a, pp: 121-142.
- _____. "Rota e perspectiva de um projeto marxista". *Ensaio Ad Hominem*. Nº 1, Tomo III – Política. Santo André – SP: Ad Hominem, 2000b, pp: 5-78.
- _____. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CLAUDÍN, Fernando. *A crise no movimento comunista*. Volume 2 – O apogeu do stalinismo. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1986.
- COTRIM, Ivan. "O 'marxismo adstringido' de Fernando Henrique Cardoso". *Revista da Fundação Santo André*. Nº 2. Interfaces do conhecimento. Santo André, 2003, pp: 71-86.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. *Padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1958.
- FREDERICO, Celso. *O jovem Marx (1843-1844. As origens da ontologia do ser social)*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREDERICO, Celso; SAMPAIO, Benedicto Arthur. *Dialética e materialismo*. Marx entre Hegel e Feuerbach. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- GIANNOTTI, José Arthur. "Recepções de Marx". *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 50, mar. 1998, pp: 115-124.
- _____. "Acabou o capitalismo, é a barbárie?" (Entrevista). In: *Presença: Revista de Política e Cultura*. nº 3, São Paulo: Caeté, maio 1984, pp: 37-52.
- _____. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difel, 1966.
- _____. "Notas para uma análise metodológica de *O Capital*". In: *Revista Brasiliense*, nº 29. São Paulo: Brasiliense, 1960, pp: 60-72.
- GOLDMANN, Lucien. "L'ideologie allemande et les Theses sur Feuerbach". In: *Marxisme et sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1970, pp: 151-196.
- GRANT, Ted. *Democracia ou bonapartismo* : resposta a Pierre Frank, 1946. <<http://www.tedgrant.org/portugues/1946/democracia-ou-bonapartismo.htm>>. Acessado em 15 de maio de 2009.
- LÖWY, Michel. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.
- LUKÁCS, Georg. *Existencialismo ou marxismo*. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Senzala, 1967.
- _____. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Tradução: Wenceslao Roces. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- _____; ENGELS, Friederich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- _____. *A obra de Sartre: a busca da liberdade*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ensaio, 1991.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1977.
- NETTO, José Paulo. "Marx, 1843: o crítico de Hegel". In: NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente*. Contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004, pp: 13-30.
- PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- RAGO FILHO, Antonio. "A filosofia de José Arthur Giannotti: marxismo adstringido e analítica paulista". *Cadernos de Ciências Sociais, Vol. I*. Centro Universitário Fundação Santo André. Santo André – SP: FAFIL, 2005a, pp: 479-512.
- _____. "O 'Seminário Marx' e sua influência nas Ciências Humanas no Brasil. A crítica da analítica paulista: o marxismo adstringido de José Arthur Giannotti". In: *Anais do 4º Colóquio Marx e Engels CEMARX*. Campinas-SP: Unicamp, Cemarx, 2005b, 10 p. CD-ROM.
- SARTÓRIO, Lúcia Aparecida Valadares. *A antropologia de Feuerbach – e alguns delineamentos acerca de uma possível influência no pensamento de Marx*. São Paulo: Programas de estudos Pós-graduados, Mestrado em Filosofia. PUC-SP, 2001.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. In : *Os pensadores*. Tradução: Bento Prado Júnior. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, pp. 109-191.
- SCHWARZ, Roberto. "Um Seminário de Marx". *Novos Estudos Cebrap*, nº 50. São Paulo, mar. 1998, pp. 99-124.
- SILVA, Luis Fernando da. *Pensamento social brasileiro*. Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980. São Paulo: Corações & Mente, 2003.
- SINGER, Paul. "Entrevista". In: REGO, José Márcio; MANTEGA, Guido. *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: 34, 1999, pp: 55-90.